



Artigo



Sociedade Patriarcal e a Pressão para que as Mulheres Sejam Mães

Patriarchal Society and the Pressure for Women to be Mothers

La Sociedad Patriarcal y la Presión para que las Mujeres Sean Madres

*La Société Patriarcale et la Pression Exercée sur les Femmes pour
qu'Elles Deviennent Mères*

Evellyn Hermelina Costa¹ e Leonardo Moreira²

¹ Graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-6608-5092> E-mail: evellynhcosta@usp.br

² Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-0617-6045> E-mail: leonardomoreira@usp.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo disponibilizar uma discussão sobre a pressão que mulheres sofrem para engravidar em circunstâncias distintas. Isto posto, primeiramente discutiremos acerca da estrutura social que nos envolve e dos tipos de violência que as mulheres estão propensas a sofrer. A partir disso, exploraremos a influência dessa estrutura nas vidas particulares das mulheres e também discorreremos sobre as principais consequências dessas violências praticadas contra esse mesmo grupo dentro do tema da gravidez. Por fim, definiremos algumas das possíveis medidas a serem tomadas para mitigação do impacto do patriarcado e, otimistamente, para o fim do controle social sobre o corpo individual e da coação determinante das escolhas pessoais.

Palavras-Chave: Gravidez; Pressão; Patriarcado; Mulheres; Mães.

Abstract

This article aims to provide a discussion about the pressure women suffer to become pregnant in different circumstances. That said, we will first discuss the social structure that surrounds us and the types of violence that women are likely to suffer. From this, we will explore the influence of this structure on the private lives of women and also discuss the main consequences of these violences committed against this same group within the theme of pregnancy. Finally, we will define some of the possible measures to be taken to mitigate the impact of patriarchy and, optimistically, to end social control over the individual body and the determinant coercion of personal choices

Keywords: Pregnancy; Pressure; Patriarchate; Women; Mothers.

Resumen

El presente artículo tiene como meta disponibilizar la discusión acerca de la presión que las mujeres sufren para embarazarse en distintas circunstancias. Esto puesto, primeramente, hablaremos acerca de la estructura social que nos involucra y de los tipos de violencia que las mujeres están propensas a sufrir. A partir de eso, explotaremos la influencia de su estructura en las vidas particulares de las mujeres y también hablaremos acerca de las principales consecuencias de estas violencias practicadas contra ese mismo grupo dentro del tema de embarazarse. Por fin, vamos a definir algunas de las posibles medidas a tomar para la mitigación del impacto del patriarcado y, con optimismo, para el fin del control social acerca del individual y de la coacción determinante para las elecciones personales.

Palabras Clave: Embarazo; Presión; Patriarcado; Mujeres; Madres.

Resumé

Cet article vise à fournir une discussion sur la pression que subissent les femmes pour devenir enceintes dans différentes circonstances. Cela dit, nous allons d'abord discuter de la structure sociale qui nous entoure et des types de violence que les femmes sont susceptibles de subir. À partir de là, nous explorerons l'influence de cette structure sur la vie privée des femmes et discuterons également des principales conséquences de ces violences commises contre ce même groupe dans le cadre du thème de la grossesse. Enfin, nous définirons certaines des mesures possibles à prendre pour atténuer l'impact du patriarcat et, avec optimisme, pour mettre fin au contrôle social sur le corps individuel et à la coercition déterminante des choix personnels.

Mots clés: Grossesse; Pression; Patriarcat; Les femmes; Mère.

Introdução

É evidente que com o decorrer do tempo buscam-se maneiras divergentes de garantir a manutenção da estrutura patriarcal ainda presente em nossa sociedade e isso torna-se ainda mais claro para pessoas que sofrem direta ou indiretamente com essa estrutura. Considerando isso, existem inúmeros fatores enraizados que provocam essa hierarquização e apesar dos movimentos populares tornarem-se gradativamente maiores e mais fortes em sua luta por igualdade, algumas situações são poucas vezes pautadas e muitas vezes esquecidas. Nesse artigo, discorreremos sobre uma dessas situações: a pressão que as mulheres sofrem para tornarem-se mães.

O tema em questão carrega uma sequência de relações igualmente voltadas para a expressão e o reflexo do patriarcado, dentre elas o fato de que as mulheres não possuem controle absoluto sobre seu próprio corpo e liberdade suficiente para decidir o rumo que suas vidas tomarão. Esse e tantos outros aspectos advindos da opressão sociocultural que a figura feminina sofre são alguns dos determinantes para que a mulher ainda seja vista como um mecanismo reprodutor; isso e a falsa ideia de que mulheres já nascem preparadas para serem mães, têm influenciado-as a carregar um peso que elas não se sentem preparadas: o peso de carregar uma vida, desde o momento em que a mesma é gerada até o fim dela.

Portanto, a contribuição desse artigo é provocar mais reflexões acerca do tema, além de iniciar um debate sobre o cenário atual e buscar alternativas para melhorar o acolhimento e garantir o livre arbítrio dessas mulheres.

1. Dimensões do Patriarcado, Relação com o Feminismo e suas Implicações

O patriarcado, há milhares de anos, vem sendo disseminado no contexto de diversas sociedades, das mais avançadas às mais retrógradas. Desta forma, a necessidade de estudo sobre o tema torna-se essencial para que haja mudanças acerca desse, que é cada vez mais atual. De acordo com Saffioti (1973), podemos observar que as mulheres são constituídas por 4 pilares fundamentais de sua participação na sociedade, que são: *produção*; *sexualidade*; *reprodução*; e *socialização*. Desta forma, caracterizando a relevância da mulher com peso inferior ao do papel masculino (Silva & Souza, 2015; Pudenzi & Silva, 2022).

Com isso, observa-se também a relação entre o capitalismo e a forma de se observar a mulher, por meio das características culturais implicadas pelo capitalismo nas sociedades, são definidas entre os conceitos de *mulher trabalhadora* ou *mulher só*. Ao passo que a caracterização da mulher como um fator desempenhador de funções básicas, como reprodução e afins, implica

em uma sociedade machista e com intensa raiz no patriarcado, contribui para a contínua disseminação desses ideais retrógrados.

Contudo, o movimento feminista e sua luta, tem história que remonta ao século XIX, com o advento da revolução industrial e ambiente de trabalho (indústrias) e sociedade altamente inóspitas para as mulheres e sua busca por participação social e maior valorização. Desde tal época e até mesmo anterior a esse período na linha do tempo de nossa história, as mulheres são vistas como parte de um grupo da sociedade, porém sua relevância vai além dessas fronteiras e barreiras, ao passo que passam a ter mais representantes, mais interesse na luta por seus direitos, principalmente, em relação à violência contra sua existência, que é tão presente e enraizada nas entranhas de nossa sociedade.

A Lei nº 11.340 define os tipos de violência como sendo cinco: violência física, violência patrimonial, violência sexual, violência moral e violência psicológica. Sendo a violência física ferir e causar danos ao corpo - normalmente caracterizada por tapas, empurrões, chutes, murros, perfurações, queimaduras, tiros, dentre outros. Já a violência patrimonial é a destruição de bens materiais, objetos, documentos de outrem. No que tange à violência sexual, essa ocorre quando o agressor obriga a vítima, por meio de conduta que a constranja, a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada. Por fim, a violência moral implica qualquer conduta que caracterize calúnia, difamação ou injúria e a violência psicológica ou emocional constitui qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, enfim, todas as ações que caracterizem transgressão dos valores morais.

Os maus tratos infligidos à mulher repercutem em perdas significativas na saúde física, sexual, psicológica e nos componentes sociais, este último como rede de apoio para a qualidade de vida. A mulher vitimizada evita denunciar e se isola dos sistemas de apoio, o que a torna ainda mais dependente do seu agressor. Os atos de violência representam, para a saúde da mulher, uma carga negativa muito grande que se acumula ao decorrer do tempo, causando danos profundos e eventualmente irreversíveis.

Na conversação patriarcal essas violências são muito recorrentes, pois nesse sistema impera a ideia de apropriação e subordinação à autoridade. Já quando falamos de uma conversação matrística, temos ideais como cooperação, participação e companheirismo. Esse dualismo entre sociedades patriarcais e matrísticas se dá, porque, respectivamente, de um lado, temos uma comunidade inteira submetida a um poder dominante e subordinada às vontades desse poder, e de outro lado, temos respeito mútuo, aceitação e harmonia como suporte da comunidade.

A obra *Family Portrait*, de Yasser Abu Hamed, representa de maneira bastante interessante a forma com que o patriarcado, reproduzido de homens para meninos, age sobre mulheres e meninas. A pintura está apresentada para apreciação na Figura 1.



Figura 1 - Family Portrait de Yasser Abu Hamed.

Nessa pintura, temos a representação da autoridade imposta ao homem pelo patriarcado, representada pelo bigode do pai da família, que, com auxílio dos dois filhos, cega, cala e aliena as mulheres. E é importante que haja crianças na obra, pois elas não são poupadas pelo sistema, ao contrário, são instrumentos e cobaias do mesmo. Os meninos crescem sendo não somente inspirados, mas também estimulados a praticar o machismo e exercer sua autoridade sobre as mulheres, sejam elas suas colegas, vizinhas, irmãs ou até mesmo sua mãe, e Yasser Hamed critica justamente isso.

Nesse sentido, o texto *Conversações Matrísticas e Patriarcais* de Humberto Maturana, corrobora essa tese e traz novas questões acerca do assunto quando pontua que a cultura patriarcal “se caracteriza pelas coordenações de ações e emoções que fazem de nossa vida cotidiana um modo de coexistência que valoriza a guerra, a competição, a luta, as hierarquias, a autoridade, o poder, a procriação, o crescimento, a apropriação de recursos e a justificação racional do controle e da dominação dos outros por meio da apropriação da verdade”.

A cultura matrística permanece entre as mulheres como forma de contraposição e resistência ao sistema machista e patriarcal imposto a elas pelos homens. Em meio a esse embate, surgem diversas formas de dualismos, como a da figura paterna para um menino, que tem o pai como amigo e inimigo, o que nega e que exige amor; ou como a da masculinidade – força e dominação – em contraposição à feminilidade – debilidade e emoção. Ambos, meninos e meninas, se tornam ao seu modo, patriarcais. As meninas se tornam cada vez mais submissas, negando o autorrespeito e dignidade adquiridos na infância, e os meninos se tornam autoritários e competitivos, negando a aceitação mútua e o respeito ao próximo. Isso mais uma vez é retomado por Maturana (1993: 14):

Em nossa cultura patriarcal, repito, vivemos na desconfiança da autonomia dos outros. Apropriamo-nos o tempo todo do direito de decidir o que é ou não legítimo para eles, no contínuo propósito de controlar suas vidas. Em nossa cultura patriarcal, vivemos na hierarquia, que exige obediência. Afirmamos que uma coexistência ordenada requer autoridade e subordinação, superioridade e inferioridade, poder e debilidade ou submissão. E estamos sempre prontos para tratar todas as relações, humanas ou não, nesses termos. Assim, justificamos a competição, isto é, o encontro na negação mútua como a maneira de estabelecer a hierarquia dos privilégios, sob a afirmação de que a competição promove o progresso social, ao permitir que o melhor apareça e prospere.

Com essa definição, concluimos a concepção definitiva do patriarcado e sua representação em nossa sociedade, possibilitando assim a continuação da discussão, agora abordando as feridas causadas por esse sistema na vida das mulheres dentro do tema descrito.

2. Análise da Influência da Sociedade Sobre a Vivência Feminina e Materna

Esses dois fatores atrelados ao machismo estrutural são o que pressionam diretamente as figuras femininas a serem mães mesmo contra a sua vontade. Alguns dos inúmeros argumentos utilizados para conduzir uma mulher a gerar um filho sem que isso realmente seja uma escolha partida da mesma, são: “se você não der um filho ao seu marido, você não é uma mulher completa”; “você precisa de uma família, quem cuidará de você quando você ficar velha?”; “você só pode ser estéril para não ter um filho até agora, coitado do seu marido”; “crianças são uma benção, por que você não quer ter filhos?”; “você só se tornará uma mulher completa quando for mãe”. Essas falas são apenas algumas das que cotidianamente são escutadas por diversas mulheres ao redor do mundo e podem configurar violência psicológica e moral contra elas.

O peso de sentir-se inferior devido a situações distintas como salário desigual, assédio, opressão e afins, torna-se ainda mais denso quando uma mulher decide não ter um filho - seja essa uma escolha temporária ou definitiva. Essas questões prejudicam e invalidam ainda mais uma vida que por si só já é negligenciada e colabora para que o corpo dessas sejam vistos como propriedade coletiva. Mas há demasiadas outras problemáticas envolvidas nessas questões.

Como se não fosse suficiente ser pressionada e julgada por escolhas que deveriam partir somente de si mesma, a mulher não possui mecanismos de escape. Se ela acaba cedendo a essa permanente coação social, ela não pode arrepender-se ou escolher interromper essa gravidez. Ela é proibida por lei a executar um aborto, e também é apontada se não tiver condições de criar essa criança e acabar por entregar o menor à adoção. Além disso, ela possui o papel crucial de educar, alimentar, ensinar, cuidar e acompanhar todo o processo de desenvolvimento dessa

criança; esse papel tão importante raramente é designado ao homem - o qual é visto pela sociedade como marido e pai suficiente se apenas custear os gastos de seu filho. E nesse aspecto, a mulher é mais uma vez negligenciada, ficando sempre com a maior carga de responsabilidade e por consequência, com a culpabilização dos fracassos que envolverem esse menor referido, o que permite que o marido sinta-se livre e leve para pressionar e cobrar que essa mulher utilize o seu dom de reprodução para gerar “herdeiros” dessa figura masculina totalmente embasada em superioridade e protegida pelo patriarcado.

A mulher não está livre de julgamentos em nenhum momento de sua vida e muito menos segura. Apesar de existirem leis que promovem a guarda dela, ela ainda é e será pressionada de diversas formas e por inúmeros indivíduos. No fator de idade: se ela for nova, perante muitos estará na idade certa, pois ainda tem disposição para cuidar de crianças; se tiver mais de trinta anos, já está envelhecendo e precisa urgentemente correr atrás do prejuízo; se for maior de 45, então ela já passou da idade e agora já não pode cumprir o papel ao qual foi designada, logo será invalidada, tendo toda sua vivência reduzida ao fato de não ter gerado “frutos”.

Se ela optar por romper com os padrões estabelecidos e não engravidar no momento que a foi imposto, ela será perseguida incessantemente. As agravantes dessa situação são que mesmo que essa mulher tenha filhos, ela não se tornará livre, provavelmente não receberá apoio daqueles que a influenciaram a tomar essa decisão e pode até mesmo não contar com uma figura paterna e uma rede familiar de apoio. O homem, assim como não é responsabilizado por boa parte da criação de seu filho, frequentemente - como é comum no Brasil - ainda sente-se no direito de não assumir e arcar com responsabilidade alguma dessa criança; tornando essa mulher, que outrora nem mesmo gostaria de ter filhos, uma mãe solo.

Ademais, a maternidade é vista por muitos como algo extremamente indispensável, especial, mágico e até mesmo um dom, uma dádiva dada por Deus; mas essas visões são justamente as principais contribuintes para a romantização desse processo. É cientificamente comprovado que alguns dos sintomas mais comuns da gravidez são dores na mama, náuseas, enjoos, cansaço, sonolência, alteração do apetite e aumento da frequência urinária - que definitivamente são incômodos. Perpassando o prolongado desconforto da gestação, a mulher ainda deve submeter-se ao parto, que é ainda menos agradável, podendo sofrer complicações e necessitar de cirurgias.

Atrelado à romantização da gestação, utilizam-se ainda de ideias falaciosas de que a mulher já nasce sabendo ser mãe, de que sua existência é relacionada ao objetivo de gerar filhos e de que ela foi criada para isso - e de fato, ela foi educada para, pois ela é designada desde sua infância a cuidar de bonecas, brincar com lava louças e desempenhar de forma lúdica os afazeres atrelados à figura materna. Não há estímulo para que a garota divirta-se com objetos que estimulem seu crescimento intelectual e seus sonhos profissionais, ao contrário, muitas vezes é repreendida por estar “fazendo algo de menino”. E mais uma vez, as veias machistas da sociedade materializam-se, só que dessa vez, definindo gênero a brincadeira e ao brinquedo.

Nesse caso, a pressão para ser mãe acontece especialmente porque o cuidar e o amar são responsabilidades culturalmente associadas ao universo feminino. E o homem, quando exerce a ética do cuidado, é parabenizado por fazer aquilo que as mulheres fazem corriqueiramente. Dessa maneira, a mulher é levada a acreditar que é natural ter essa função de se responsabilizar pelos sentimentos do outro, o que acarreta na imposição da maternidade.

3. Alternativas que Rompem com o Padrão

Considerando que a estrutura da sociedade foi construída ao longo dos séculos, infelizmente para desconstruir essa linha de raciocínio deve-se demandar alguns anos. Enquanto isso, a orientação imediata e simplista seria dizer que a única forma viável - todavia extremamente difícil - de lidar com a cobrança pela maternidade é ignorar a pressão e o julgamento dos alheios e priorizar os próprios desejos.

Entretanto, pensando a longo prazo, podemos coletivamente reconstruir uma sociedade mais justa e igualitária através de alguns mecanismos como ética e políticas públicas. Em sua obra, Marilena Chauí entende a ética enquanto ação livre e consciente, intersubjetiva, se concretiza a partir da ação humana, logo, a autora questiona a idéia de existir uma suposta crise de valores, assim como a de que se tenha que buscar um “retorno à Ética”, uma vez que ambos - tanto a ética quanto os valores - já estariam sendo constantemente implementados, através, como dito, das próprias ações dos indivíduos. A ética seria, para Chauí, a parte da filosofia dedicada a analisar aquilo referente à conduta e ao caráter individual, averiguando, para isso, os valores propostos pela sociedade, buscando compreender não apenas as ações individuais como também as coletivas.

A ética procura saber, ainda, sobre a origem, e a finalidade, os sentidos e os fundamentos das condutas humanas e por analisar os valores sociais, entende-se ainda que se trata de questões morais, normativas, construídas pelas sociedades e que, por existirem diferentes sociedades, variam a depender daquela em que se encontra. Apesar disso, a autora entende a ética como algo não necessariamente normativo - diferentemente da moral, que busca imprimir nos indivíduos os valores e costumes da sociedade. Essa colocação exemplifica o conceito de autopoiese, uma tese que, basicamente, consiste na ideia de que o sistema vivo e o ambiente interagem e modificam-se de maneira coerente. Isto é, o ser vivo age sobre o ambiente que age sobre o ser vivo, assim se sucedendo, de forma a estabelecer uma relação circular.

Sendo assim, é possível realinhar os ideais socialmente aceitos e influenciar diretamente nas atitudes individuais.

O ser social, dotado de consciência, é responsável pelas transformações da sociedade, permanecendo, entretanto, um ser natural. A sociedade tem, pois, fundamento biológico. É exatamente este fundamento biológico o elemento perdido, logo, ausente do conceito de gênero. Sua perda representa um empobrecimento conceitual da própria vida social. Além de desfigurar a realidade em que se vive, ou seja, procedendo à eliminação do caráter processual que torna as três esferas uma realidade uma, funda o essencialismo social (Saffioti, 2009:8).

Dessa forma, quando nos desprendemos dos rótulos e da diferenciação por gênero, tendemos a buscar uma universalização dos direitos e deveres, além da equidade de respeito e poder. O ser é visto então, em geral, como indivíduo e não como uma mulher passível de inferioridade ou como um homem propenso ao poder e dominação.

Essas transformações estruturais são imprescindíveis para que haja maior harmonia social, cultural e econômica. É notório que todas as camadas da sociedade sofrem em diferentes níveis com o sistema patriarcal. As mulheres são inferiorizadas, mas os homens também são prejudicados em menor intensidade quando, por exemplo, são impedidos de demonstrar sentimentos por emoções estarem associadas ao feminino.

Dito isso, faz-se necessário a promoção de estudos de gênero voltados às mulheres, não em sua totalidade, mas sua parcela é deveras baixa. Além disso, é importante apoiar o ingresso e a permanência de mulheres na política de forma igualitária, numa tentativa incessante de mitigar a desproporcionalidade de homens e mulheres e principalmente para que a figura feminina deixe de ser vista pelo olhar masculino e passe a ter sua vida representada por outras que compartilham dos mesmos problemas e necessidades, garantindo assim decisões justas e com embasamento.

Ademais, é preciso incentivar iniciativas educacionais desde o começo da vida dos indivíduos. Associado a isso, podemos citar como exemplo a proposta criada por Maia e Soares (2019) do CineDiversidade (Sessões de filmes acompanhadas por palestras sobre o tema) e o uso do cinema como ferramenta de instrução para educar e corroborar para mitigar os efeitos de uma sociedade tão "contaminada" por valores patriarcais. Sendo assim, tal projeto poderia colocar de fato em prática a resistência à ataques advindos de atos preconceituosos, intolerantes, homofóbicos e afins e incentivar o diálogo acerca do tema.

Propostas que seguem essa linha de raciocínio são cruciais no processo de desconstrução da estrutura patriarcal, pois de forma cultural e educativa promovem a reflexão e a transição segura, eficiente e efetiva. Em acréscimo, vale fomentar que todos os projetos educacionais, principalmente voltados para a primeira infância, são extremamente relevantes e válidos nesse quesito.

Conclusão

Conforme exposto ao longo deste artigo, a mulher está constantemente condicionada a ser julgada e tratada como um objeto, um mecanismo, um material ou um meio de reprodução que "justifique" sua existência. E essa condição, por estar diretamente ligada ao sistema patriarcal, é reproduzida por variadas personagens ao longo da vida e história, desde os primórdios até a sociedade contemporânea. As pressões para ser mãe podem vir do companheiro ou companheira, da sogra, dos familiares, dos amigos e até mesmo dos médicos, tornando a mulher sempre pressionada em busca do bel prazer de outros indivíduos. Logo, não há uma zona segura e desprendida de sentenças.

Algumas mulheres, simplesmente, não estão dispostas a encarar todos os desafios da maternidade e deveriam ter liberdade para fazer essa escolha sem arbitrariedades exteriores, não sendo violadas com interferências externas. Algumas mulheres preferem dedicar-se à vida profissional, alcançar suas metas e viver conforme sua própria vontade, sem necessidade de ficar se explicando ou satisfazendo desejos alheios.

Por isso, é de total relevância que exista um diálogo constante e bilateral que promova reflexões acerca do tema; assim sensibilizando a população, movimentando a sociedade e pressionando o Estado a garantir uma vivência de qualidade e equidade a todos. Há pressão para que a mulher engravide precisa ser pautada, deliberada e extinguida, bem como todas as outras formas de opressão sofridas pela mesma.

Referências Bibliográficas

- Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- Chauí, Marilena. Ética e Violência. *Teoria e Debate*. Edição 39 - 01/10/1998
- Maturana, Humberto R. (1993). *Conversações Matrísticas e Patriarcais*.
- Nascimento, Anderson M. do., Silva, Alessandro S. da. (2018). Cinediversidade: Uma Estratégia de Educação para os Direitos Humanos na Universidade de São Paulo. *Licere*, Belo Horizonte, v.22, n.3, set/2019. Recuperado de: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/15353/12180>
- Pudenzi, Ana Gabriela, & Silva, Alessandro Soares da. (2021). A Mulher no Capitalismo: luta por direitos e resistência à lógica da dominação-exploração. *Revista do mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília*, 15 (2), 56-83. Acessado em 12 de maio de 2022, de: https://www.researchgate.net/publication/364284256_A_Mulher_no_Capitalismo_luta_p_or_direitos_e_resistencia_a_logica_da_dominacao-exploracao *Women in Capitalism struggle for rights and resistance to the logic of domination-exploitation*
- Saffioti, Heleieth I. B. (1973). Trabalho Feminino e Capitalismo. Em *IX Congress of Ethnological and Anthropological Sciences*. Chicago. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1488/1192>
- Saffioti, Heleieth I. B. (2009). Ontogênese e Filogênese do Gênero: Ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *FLACSO - Brasil*. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf
- Silva, Alessandro Soares da., & Souza, Lorraine Lopes. (2015). Trabalho, lazer e relações de gênero na ótica de mulheres imigrantes. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 13(35), 72-109. Acessado em 26 de maio de 2022, de: <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/2015-Diciembre-05.pdf>

Recebido em 29/03/2022.
Revisado em 02/07/2022.
Aceito em 11/10/2022.